

**Tecnologia, inovação e sustentabilidade:  
50 anos de Cursos de Tecnologia no Brasil.**

**Expansão da educação profissional pública no Estado de São Paulo por meio do programa de Classes Descentralizadas**

Daniel Capella Pereira<sup>1</sup>, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivanete Bellucci Pires de Almeida<sup>2</sup>; Prof<sup>a</sup> Dra. Sueli Soares dos Santos Batista<sup>3</sup>.

**Resumo** - A pesquisa busca responder a seguinte indagação: qual é a influência do programa educacional de classes descentralizadas no atendimento das metas de expansão da Educação Profissional Pública no Estado de São Paulo? Com base nessa pergunta é objetivo geral da pesquisa compreender o programa educacional das classes descentralizadas e identificar os reflexos deste na expansão de vagas e no atendimento de demandas sociais e econômicas. Foram realizadas pesquisas bibliográficas para contextualizar a educação profissional, documentais para a compreensão das classes descentralizadas, e empírica com foco na instituição responsável pelo ensino técnico na esfera estadual. O artigo evidencia o aumento de vagas ofertadas por meio de classes descentralizadas e discute os parâmetros de qualidade previstos nos instrumentos normativos, bem como se realmente visa o atendimento a demandas sociais e econômicas ou configuram uma forma de aumento de vagas com baixo custo.

**Palavras-chave:** Educação Profissional, Classe Descentralizada, Políticas Públicas, Mestrado Profissional, Educação Profissional e Tecnológica.

**Abstract** - The research seeks to answer the following question: what is the influence of the classes descentralizadas educational program in meeting the expansion goals of Public Professional Education in the State of São Paulo? Based on this question, it is the general objective of the research to understand the educational program of the classes descentralizadas and to identify its reflexes in the expansion of vacancies and in meeting social and economic demands. Bibliographic research was conducted to contextualize professional education, documentary for the understanding of classes descentralizadas, and empirical focusing on the institution responsible for technical education at the state level. The article highlights the increase in vacancies offered through classes descentralizadas and discusses the quality parameters provided for in the normative instruments, as well as whether it is really aimed at meeting social and economic demands or configuring a form of increasing low-cost vacancies.

---

<sup>1</sup> Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – daniel.pereira@cps.sp.gov.br

<sup>2</sup> Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – ivanete.bellucci@fatec.sp.gov.br

<sup>3</sup> Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – suelissbatista@uol.com.br

## 1. Introdução

A educação profissional se concentra como uma importante área educacional que atende e possui representatividade no âmbito político e social. A legislação brasileira ao longo do tempo reconheceu e garantiu espaço para o ensino profissionalizante, entretanto, fica evidente a descentralização de responsabilidades como forma de ampliar o acesso, sem elementos que garantam a qualidade do ensino oferecido.

As classes descentralizadas regulamentadas por meio da Indicação nº 8 e da Resolução nº 6 de 1999 do Conselho Estadual da Educação do Estado de São Paulo, integram um programa educacional que contribui para expansão da Educação Profissional Pública no Estado. São classes de ensino técnico de nível médio que funcionam em prédios diferentes das unidades de ensino técnico convencionais. Este programa ganhou espaço ao longo dos últimos dez anos. O presente artigo possui como problema de pesquisa a seguinte indagação: qual é a influência do programa educacional de classes descentralizadas no atendimento das metas de expansão da Educação Profissional Pública no Estado de São Paulo? O objetivo geral é analisar a influência do programa de classes descentralizadas no ensino técnico público do Estado de São Paulo, bem como verificar a até que ponto esta política é capaz de atender a demandas sociais e econômicas regionais. Tal questionamento se faz necessário uma vez que se observou, ao longo tempo, muitos desdobramentos políticos, que com o passar dos anos, se revelaram avessos ao atendimento de demandas sociais. Algumas destas ações políticas foram influenciadas por organismos internacionais, inclusive.

Para o atendimento destes objetivos torna-se necessário caracterizar o programa educacional das classes descentralizadas com base em instrumentos normativos. Foi observado que o Centro Paula Souza, autarquia do Estado de São Paulo responsável pela gestão de Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnologia, implantou ao longo dos últimos dez anos, este programa e que o volume de vagas é passado por sucessivos aumentos na oferta de vagas, contribuindo inclusive para o atendimento das metas e objetivos da instituição. O artigo também estabelece relações entre este processo de expansão e o contexto histórico das políticas públicas relativas a educação, de modo a buscar referências históricas que expliquem o cenário da educação brasileira, com seus problemas, dificuldades e com suas perspectivas e potenciais.

A pesquisa analisa os instrumentos normativos que regulam as classes descentralizadas e discute os parâmetros de qualidade previstos e as possibilidades de aplicação do programa, bem como se realmente visa o atendimento a demandas sociais e econômicas ou configuram uma forma de aumento de vagas com baixo custo.

## 2. Referencial Teórico

### Políticas públicas para a educação profissional sob a perspectiva histórica

Segundo Sacristán (2002) a educação é vista como a salvação (utopia) em muitas nações, e a queda de visões utópicas também causa o enfraquecimento das esperanças nesta área. Desta forma, a educação é imaginada como algo dotado de muitas possibilidades, como por exemplo, vencer o *status quo* e oferecer ao indivíduo a possibilidade de ir além daquilo que já possui. Ainda segundo Sacristán, o cenário mostra políticas educacionais, movimentos sociais e seus interessados restringindo seus esforços em garantir o que foi alcançado, sem perceber que essas conquistas são desvalorizadas no presente, uma vez que o avanço do tempo traz novos desafios.

A Educação Profissional passou por inúmeras transformações, todas elas dotadas de políticas e ações do Estado que visavam atender a ideologias e propósitos de seus governantes. Embora tenha havido muitos fatos históricos que retratam as origens do ensino profissional no Brasil, as primeiras instituições de educação profissional focadas na formação do trabalhador industrial surgiram em 1920 com as escolas ferroviárias e por volta de 1940 foram ampliadas em escala nacional por meio do Serviço Nacional de Apoio a Indústria (SENAI). Essas instituições surgiram sob influência europeia e norte americana que disseminavam o uso das escolas de formação para o trabalho, com foco no treinamento de mão de obra para interesses da indústria que emergia. Esses fatos sinalizaram uma tendência que se desenvolveu e influencia até os dias de hoje os rumos da Educação Profissional (BRYAN, 2008).

A regulação social de políticas públicas no Brasil teve origem no início do século XX e foram fortemente focadas no desenvolvimento de um projeto de industrialização que emergia naquela época. O aumento do ritmo de industrialização no país resultou no crescimento da quantidade de força de trabalho disponível. No cenário político, o Brasil aderiu a políticas de modernização baseadas em modelos estrangeiros e isso se deu por meio da entrada de capital estrangeiro do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesse cenário, a educação profissional era referenciada pelo governo sem nenhuma participação do Ministério da Educação, havia instituições que deliberavam seus fundamentos com o olhar restrito na formação de mão-de-obra (COUTINHO, 2016).

Casassus (2001) salienta ainda que tais mudanças e influências internacionais também ocorreram em outros países da América Latina por meio de reformas no setor com características muito semelhantes ao que ocorreu no Brasil. Durante a década de 1990 os movimentos políticos ocorreram nos países do bloco pautados por, basicamente, três objetivos: alocação da educação como centro estratégico de desenvolvimento econômico e social, e isso se deu por meio da destinação de mais recursos financeiros próprios, mas principalmente, de terceiros como o BM e o BID; mudanças na gestão dos sistemas educacionais, por meio da abertura dos

sistemas para novas alianças e descentralização de responsabilidades; e por fim, a melhoria dos níveis de qualidade da educação por meio de sistemas de avaliação, programas compensatórios e reforma curricular. Tais ações influenciaram severamente a estrutura dos sistemas educacionais nos países da região e explicam os motivos para os arranjos atuais, bem como seus problemas e dificuldades.

No âmbito normativo, a Constituição Federal de 1988 trouxe a Educação Profissional, ainda que de forma indireta, ao destacar o livre acesso ao desenvolvimento de qualquer profissão ou ofício. Desta forma, foi possível observar que a educação como prática social sempre esteve atrelada a interesses políticos, sociais e que os ideais de progresso depositados sobre ela existem e são direcionados pelas políticas públicas. Tais decisões que podem ser balizadas tomando como referência diversas perspectivas, desde o progresso social, até agendas globais de países com realidades econômicas e sociais totalmente distintas. Os anos 1990, em termos educacionais, foram cunhados como a era das diretrizes, seja pela Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a chamada Lei Darcy Ribeiro; seja pelas diretrizes que passaram a pautar as políticas públicas educacionais, incluindo sobretudo a educação profissional (CIAVATTA, RAMOS, 2012)

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2017) o processo de descentralização se dá quando há “espírito de colaboração” entre os agentes envolvidos, mas na política brasileira a competição é uma tônica, sendo assim, muitos foram os episódios em que decisões foram tomadas para medir forças. Além disso, no século XX, o processo de descentralização, por influências neoliberais, visava diminuir gastos sociais do Estado. Isso ficou evidente como já explicitado com a aprovação da LDB.

Diante do exposto é possível perceber que em diversos momentos históricos a educação profissional se mostrou como instrumento político que refletiu interesses e ideologias de seus governantes, alinhados inclusive com organismos internacionais que influenciaram decisões que nem sempre estiveram alinhadas com as reais demandas da população brasileira, visto que há realidades sociais e econômicas muito distintas.

### **As perspectivas para a educação profissional brasileira**

O Brasil é um país de dimensões continentais com muitos desafios sociais e econômicos em seu horizonte. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) em 2018, a taxa de analfabetismo chegou ao patamar de 6,8%, ou seja, 11,3 milhões de pessoas estão nessa condição. O índice de pessoas com 25 anos ou mais que possuem ensino médio completo atingiu 47,4%. Ainda de acordo com dados do IBGE, na Educação Profissional (EP), que tem por objetivo aproximar as pessoas do mercado de trabalho, os percentuais de ingresso de alunos de nível superior em Graduação Tecnológica entre 2016 e 2018 foram de 8,5%, enquanto

no ensino técnico de nível médio esse percentual chegou a 6,2%, no mesmo período.

Os indicadores apresentados nas pesquisas reforçam a importância da EP. A relevância da EP está claramente ilustrada no potencial de avanço da oferta de vagas no país. Os dados oficiais do Censo Escolar de 2017 indicam que há cerca de 1,83 milhão de alunos matriculados em cursos técnicos concomitantes e subsequentes; integrados ao ensino médio regular; normal/magistério; integrados à EJA de níveis fundamental e médio; Projovem Urbano e FIC fundamental; médio e concomitante, considerando apenas a Educação Profissional de Nível Médio. A tabela a seguir expressa o crescimento da oferta de vagas no Brasil (INEP, 2018).

Tabela 1 – Quantidade de matrículas no EP de Nível Médio – Brasil (em milhares)

<b>Esfera</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Pública	681,5	742,3	818,7	890,1	962,4	963,6	971,3	1.044,4	1.097,5	1.077,2
Privada	461,9	512,3	556,4	591,5	641,6	702,6	972,4	871,7	761,6	753,9

Fonte: adaptado de Inep, 2018.

A análise dos números do Inep (2018) revela uma grande parcela de estudantes em condição de ingresso no ensino técnico de nível médio e o maior número de oferta de vagas ainda concentrado na esfera pública. O volume da população matriculada no ensino médio é de cerca de 7,93 milhões e no nono ano do ensino fundamental de aproximadamente 2,64 milhões, sendo assim, percebe-se a existência de um espaço deixado pela EP, que pode ser preenchido por políticas públicas que viabilizem o acesso de estudantes a educação técnica.

Estes dados, bem como a representatividade da iniciativa privada, são reflexos de um histórico bastante complexo de mudanças nas políticas públicas voltadas a educação. São movimentos políticos, que fizeram ao longo do tempo, com que a universalização da educação e a ampliação de vagas reduzissem a qualidade do ensino público, por meio do aumento da escolaridade, sem aumento efetivo de recursos, por exemplo. Estas mudanças provocaram descontentamento na sociedade, que passou a buscar espaço nas escolas privadas. Estes são exemplos de decisões políticas influenciadas fortemente por instituições estrangeiras como o BM e o BID (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI; 2017).

## **Educação Profissional no Estado de São Paulo**

Diante dos desafios existentes no cenário educacional brasileiro, as perspectivas de desenvolvimento são expressas por meio de planos educacionais nas esferas nacional e estadual. Estes documentos formalizam metas e objetivos para o que se pretende desenvolver por meio de políticas públicas, entretanto, esta tarefa não se revela fácil, uma vez que depende de forças políticas articuladas e de recursos financeiros para que ocorram.

O Plano Estadual da Educação de São Paulo (PEE) que está em vigência foi aprovado na Assembleia Legislativa em 2016 e tem efeito até o ano de 2026. Foi

construído em alinhamento com o Plano Nacional da Educação que também está em vigência. O PEE apresenta em muitos momentos referências a Educação Profissional, deste modo fica evidenciado o olhar das autoridades para esta área educacional. O documento apresenta em sua diretriz V, constante no artigo 2º “formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade”. A meta 11 do PEE faz menção a Educação Profissional e prevê como objetivo o aumento de 50% das matrículas do ensino técnico de nível médio, sendo metade deste aumento responsabilidade do setor público (SÃO PAULO, 2016).

O PEE aponta elementos, que no entender dos legisladores, são capazes de viabilizar o alcance dessas metas. O Centro Paula Souza aparece como agente protagonista responsável por viabilizar os objetivos na esfera pública, com destaque a necessidade de atender demandas específicas e regionais dos arranjos locais em que se faz a oferta de vagas. Outro ponto bastante relevante para este artigo é o aumento da articulação com organizações não governamentais e escolas privadas. O documento não deixa claro o que são considerados parâmetros de qualidade esperados para a oferta de vagas e não detalha o modo como estas metas serão executadas, mas abre espaço para o reconhecimento do compromisso com o aumento de vagas, ainda que não estejam evidentes elementos mais objetivos que tipificam a qualidade esperada (SÃO PAULO, 2016).

### **O programa educacional de classes descentralizadas**

Projetos, programas e planos referem-se a modalidades de ações de intervenção social. Estes elementos possuem uma relação de interdependência e são complementares, ou seja, um plano é composto por programas, que por sua vez é formado por projetos. Sendo assim, ao analisar um programa, por exemplo, é preciso verificar se os projetos que o compõem estão alinhados com as necessidades que demandaram sua existência. O contexto também deve ser considerado ao definir qual ação é mais adequada, pois pode ser necessária uma prática voltada a solucionar situações agudas e temporárias; ou duradouras e complexas. Além disso, tais intervenções podem ser locais, regionais ou nacionais. (COTTA, 1998)

As Classes Descentralizadas compõem um programa educacional de oferta de vagas na área da educação, e consistem em salas de aula instaladas em prédio diferente de uma unidade escolar convencional, sendo esta, vinculada e dependente, do ponto de vista administrativo e pedagógico, de uma unidade escolar autônoma. O Conselho Estadual da Educação (CEE), por meio da Indicação nº 8 e da Resolução nº 6 de 1999, tipifica e estabelece normas para as Classes Descentralizadas (CD) no sistema de ensino do Estado de São Paulo. Segundo esta normatização (SÃO PAULO, 1999).

Esta forma de oferta de educação se assemelha a modelos existentes pelo país como “Escola vinculada”, “Extensão” ou “Classe fora do prédio”. Em 1999, com o aumento da demanda do Ensino Fundamental a Secretaria Estadual da Educação

iniciou convênios com Prefeituras para realocação de classes em prédios municipais, sendo este um dos importantes marcos para a unificação de normas e regulamentos acerca deste programa. Entretanto, há outros registros históricos que sugerem a gênese desta modalidade de oferta, tais como a Lei 3.306 de 1955, que fixou normas para a criação de “escolas isoladas”, programa educacional voltado para instalação de classes em regiões afastadas de unidades escolares convencionais; ou a aprovação dos primeiros projetos de formação profissional por meio de Classes Descentralizadas aprovados na década de 1980, com a oferta de cursos voltados a área da saúde. O objetivo era atender demandas específicas de profissionais em determinadas regiões. Com o aumento das solicitações ao CEE, surgiu a necessidade de normatizar esta questão fixando parâmetros mais claros para autorização e funcionamento (SÃO PAULO, 1999).

A implantação de uma CD está condicionada à aprovação da Supervisão de Ensino, quando esta classe estiver localizada sob a mesma jurisdição da unidade vinculada e pelo CEE, quando estas estiverem sob jurisdições diferentes. Para a autorização de abertura é necessário apresentar um projeto voltado para o atendimento a uma demanda social específica e evidenciar condição física, financeira, pedagógica e técnico administrativa, entretanto, todas as rotinas secretariais e administrativas são realizadas na unidade sede. A oferta possui prazo determinado de quatro anos a partir da implantação e pode ser prorrogada mediante pedido junto ao órgão competente pela aprovação. (SÃO PAULO, 1999).

O projeto de classes descentralizadas ganhou espaço no Estado de São Paulo e se consolidou, tal fato fica evidente pelo aumento de oferta de vagas. Cabe ressaltar que as classes descentralizadas requeridas por instituições que estejam sob a mesma jurisdição, tem seus projetos avaliados pela supervisão de ensino responsável por sua região, não sendo necessário, neste caso, a deliberação do CEE. A consulta da sinopse estatística do Inep não apresenta o volume de matrículas segregado entre escolas autônomas e classes descentralizadas, entretanto, pareceres levantados no portal eletrônico do CEE ilustram as possibilidades de aplicação do programa em estudo.

Ficam evidentes, ao analisar os desdobramentos deste programa no Estado de São Paulo, a descentralização das responsabilidades que pertenciam ao Poder Público para outras organizações, de direito privado por exemplo, cabendo questionar se este atendimento parcial e temporário de uma demanda social e econômica realmente propicia o desenvolvimento de arranjos produtivos e sociais locais ou se atendem provisoriamente demandas reprimidas pela carência de investimentos do Estado.

O Estado de São Paulo possui cerca de 20,26% do total de matrículas do ensino técnico de nível médio em escolas públicas no país. O setor privado do Estado concentra outros 20% do total nacional, sendo assim, é perceptível a amplitude que este segmento educacional possui nesta região do país (INEP, 2018). As matrículas da EP de nível médio na esfera pública são ofertadas, quase em sua totalidade, pelo Centro Paula Souza, que é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo e integra a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência,

Tecnologia e Inovação. Desde os anos de 1980, A instituição incorporou escolas técnicas estaduais e de acordo com dados do banco de dados da Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza (CETEC), possui atuação em 300 municípios do Estado de São Paulo, por meio de 223 Escolas Técnicas (Etec) e 71 Faculdades de Tecnologia (Fatec). A instituição conta com aproximadamente 292,8 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superiores tecnológicos (CENTRO PAULA SOUZA, 2018).

Os dados coletados na pesquisa empírica evidenciaram a representatividade desta instituição no Estado e ilustraram crescimento no volume de matrículas. Entre os anos de 2008 e 2012 houve um aumento de 78,76% no número de matrículas. A implementação de programas e políticas estimulou o crescimento de vagas no período destacado. Dentre as ações responsáveis pelos números apresentados conclui-se que parte desta expansão se deu por meio das Classes Descentralizadas. Os dados da Cetec também revelaram o crescimento da oferta de vagas nas classes descentralizadas no mesmo período de análise (CENTRO PAULA SOUZA).

O programa apresentou crescimento entre os períodos de 2008 e 2012, e em 2017, as matrículas em classes descentralizadas representavam cerca de 12,2% das vagas oferecidas pelo Centro Paula Souza. Desta forma, fica evidente a consolidação do programa como um instrumento responsável pelo atendimento de demandas educacionais e sociais no Estado. A Educação Profissional é um segmento que influencia os cenários econômicos e sociais, até por essa questão já ocupa espaço no cenário político brasileiro e figura discussões e movimentos políticos de diversos segmentos, sendo assim, torna-se muito relevante refletir sobre os objetivos, finalidades e o desenvolvimento destas políticas e programas, bem como seus reflexos na sociedade.

### **3. Método**

A pesquisa foi realizada utilizando o enfoque qualitativo, segundo Sampiere, Collado e Lucio (2013) a abordagem qualitativa tem como característica a realização de questionamentos constantes, ou seja, antes, durante e depois da coleta de dados e análise de fenômenos. A aplicação desta abordagem se faz necessária para interpretar e compreender a complexidade de fatores sociais, políticos e econômicos envolvidos na concepção, implantação, controle e avaliação das CD, bem como seu impacto no segmento social que atende. A pesquisa documental, que consistiu na análise e interpretação de documentos que caracterizam, regulam e evidenciam o funcionamento da instituição objetivo do estudo.

A pesquisa bibliográfica também se fez presente com o objetivo de contextualizar e viabilizar o embasamento teórico necessário para a análise dos desdobramentos políticos e sociais que interferem nos programas e políticas envolvidas na análise. Foram levantados dados empíricos no banco de dados da Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico (Cetec). O acesso fica disponível por meio do endereço eletrônico da Cetec. Neste portal é possível obter informações quanto ao volume de matrículas e demais dados relativos a movimentação de alunos. O levantamento



consistiu na seleção de planilhas por período, consolidação de dados e seleção das informações pertinentes às classes descentralizadas.

#### **4. Resultados e Discussão**

A educação possui forte relação com os ideais de progresso presente na sociedade, entretanto, o contexto atual traz desafios complexos para os responsáveis por políticas públicas uma vez que o Brasil possui indicadores sociais e educacionais alarmantes. As decisões políticas adotadas ao longo do tempo trouxeram iniciativas que nem sempre convergiram e resultaram em melhorias destes indicadores.

Mudanças na legislação que reconheceram e legitimaram a educação profissional, por exemplo, fortaleceram este segmento e seguiram uma tendência que foi trazida por influências neoliberais fortemente presentes nos anos de 1990. Ocorre que tais mudanças não necessariamente estavam alinhadas com as especificidades da sociedade brasileira, e em específico a regiões, visto que o Brasil ainda apresenta grandes desigualdades sociais.

O artigo apresentou informações referentes aos desdobramentos políticos que reconheceram e influenciaram o processo de expansão da Educação Profissional no Brasil e no Estado de São Paulo. Foi apresentado como exemplo de ampliação de vagas na Educação Profissional um programa educacional voltado para o atendimento de demandas específicas relativas a contextos locais. No entanto, a análise possibilitou o levantamento de hipóteses para a motivação dos movimentos políticos que direcionaram o processo de expansão da EP no Estado de São Paulo.

Uma das possíveis razões para estes desdobramentos pode estar na prevalência de fatores econômicos, ante a interesses sociais regionais, uma vez que a parte significativa da expansão não se deu pela construção de unidades escolares com estruturas especificamente adequadas aos contextos econômicos locais. Em contrapartida, dados no Inep deixam claro potencial para oferta sistemática e perene de vagas em habilitações técnicas.

Foi observado também a participação de instituições privadas e não governamentais para a oferta de vagas. Entretanto, tal medida não prevê parâmetros claros de qualidade, o que coloca em questão o mérito qualitativo deste processo, ou seja, se realmente o aluno egresso deste programa educacional estará apto a integrar-se e contribuir no atendimento das demandas sociais no segmento em que está inserido.

Por fim, cabe destacar que as metas se mostram pouco precisas e, em muitos casos, injustas por não considerar a amplitude do Estado de São Paulo, as desigualdades sociais, econômicas e as diferenças nos potenciais sociais, econômicos e produtivos locais. Está previsto nos planos destinados à educação nas esferas federal e estadual, uma mesma proporção de aumento de vagas para regiões amplamente atendidas e regiões que ainda não possuem atendimento satisfatório, assim sendo, cabe questionar se as desigualdades são combatidas ou

estimuladas, por não buscar equidade ao traçar o horizonte para regiões com contextos tão diferentes.

## **5. Considerações finais**

Diante dos fatos e reflexões apresentados pelos autores é possível estabelecer relações entre os movimentos de descentralização de responsabilidades, a preocupação com custos e as iniciativas que visam a ampliação da oferta de vagas. Esses pontos fazem sentido, a medida que a análise de dados demonstra a evolução das classes descentralizadas no Centro Paula Souza. Há que se analisar de forma mais detalhada este fenômeno para identificar outros fatores intervenientes.

Com base na pesquisa realizada foi possível levantar questões que podem nortear pesquisas futuras, tais como: Até que ponto o programa de classes descentralizadas tem permitido o atendimento real das áreas que realmente demandam por vagas de ensino técnico e ainda que tais oportunidades sejam ofertadas em regiões com demandas reprimidas, tais habilitações são as que melhor respondem as demandas e arranjos sociais específicos?

Ainda que estes pontos não estejam totalmente elucidados é possível concluir que este programa possui abrangência na oferta de vagas no Estado e representatividade na Educação Profissional no Estado de São Paulo, entretanto fica evidente que este não substitui a importância e necessidade da construção e ampliação de vagas em escolas técnicas convencionais.

## Referências

BRYAN, Newton Antonio Paciulli. **Educação Processo de Trabalho e Desenvolvimento Econômico**: Contribuição ao estudo das origens e desenvolvimento da formação profissional no Brasil. Campinas: Alínea, 2008;

CASASSUS, Juan. **A Reforma Educacional na América Latina no Contexto da Globalização**. Caderno de Pesquisa. 2001, n.114, pp.7-28.

CENTRO PAULA SOUZA. **Sobre o Centro Paula Souza**. Disponível em: <<http://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Banco de Dados Cetec**. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

ClAVATTA, M.; RAMOS, M. A “era das diretrizes”: A disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 49 jan/abr. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=smci\\_arttext&pid=S1413-24782012000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=smci_arttext&pid=S1413-24782012000100002)> Acesso em: 19 jun.2016

CONSELHO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Busca por assunto. <[http://www.ceesp.sp.gov.br/busca\\_por\\_assunto](http://www.ceesp.sp.gov.br/busca_por_assunto)> acesso em 22/06/2019.

COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. **Políticas Públicas para a Educação Profissional**: Um Estudo de Caso dos Egressos do CEFET – MG. nr. 217. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016;

COTTA, Tereza Cristina. **Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais**: Análise de Resultados e de Impacto. Revista do Serviço Público. Brasília, Ano 49, n 2, Abr-Jun 1998;

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional Por Amostra em Domicílios (PNAD) Síntese de Indicadores 2015**. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2017**. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. Capítulo I – Elementos para uma análise crítico-compreensiva das políticas educacionais: aspectos sociopolíticos e históricos. São Paulo: Cortez, 2017;

SÃO PAULO. Conselho Estadual da Educação. **Deliberação CEE nº6/99**, de 29 de setembro de 1999.

\_\_\_\_\_. **Plano Estadual de Educação de São Paulo**. Lei nº 16.279, de 08 de julho de 2016.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Educar e conviver na cultura global**: As exigências da cidadania. São Paulo: Artmed, 2002;

SAMPIERE, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.